

RADAR

favela

COVID-19



edição 03



Foto: Douglas Lopes



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 MEGAFONE

8 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

9 O NOVO NORMAL SEM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
SERÁ PIOR QUE O VELHO Deley de Acari

11 A PANDEMIA NO CONJUNTO HABITACIONAL ESPERANÇA.
COLÔNIA JULIANO MOREIRA (RJ) Neide Belém de Mattos

13 ÁGUA, DIREITO HUMANO PRA QUEM?
Fábio Monteiro

15 CARANDIRU: ABANDONADOS PELA CIDADE
Bianca Peçanha

17 EXPOSIÇÃO VIRTUAL MARÉ NA PANDEMIA | MUSEU MIIM
Francisco Valdean

20 DEBATES

21 PARA ALÉM DA PANDEMIA: ATUAÇÕES E POSSIBILIDADES
DE SER FAVELA NO RIO DE JANEIRO Sônia Fleury

23 PARA ALÉM DA PANDEMIA: ATUAÇÕES E POSSIBILIDADES
DE SER FAVELA NO RIO DE JANEIRO Itamar Silva

26 “EU TENHO SOFRIDO MUITO, O TRABALHO DOMÉSTICO
É MUITO PESADO” Monique Cruz

29 MOVIMENTOS SOCIAIS

30 PANDEMIA EM QUESTÃO:
JUVENTUDE E FAVELA EM PERSPECTIVA
Levante Popular da Juventude

APRESENTAÇÃO

Radar COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao **Observatório COVID-19 da Fiocruz**. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais.

MEMEFONE GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

COMISSÃO DA VERDADE DA COVID: a médica, pesquisadora e professora da UFRJ, Lígia Bahia, declarou em entrevista ao site Tutaméia, que é a sociedade precisa se mobilizar para fazer uma comissão da verdade da covid: “Não é natural esse número de mortes (...). Elas poderiam ter sido impedidas. A saúde pública ficou manietada. Impediram que a saúde pública atuasse para controlar a pandemia. A gente podia ter controlado essa pandemia. Essas mortes precisam ser cobradas, indenizadas coletivamente. Uma cobrança não só pecuniária, mas moral. É preciso que a gente tenha um ajuste de contas nesses dois sentidos. É imoral que as pessoas tenham sido deixadas à morte, uma morte que poderia não ter ocorrido. É preciso que a sociedade se mobilize e faça uma comissão da verdade da covid. Estamos preparando toda uma documentação científica que fundamente esse conceito de excesso de mortes. Mortes que poderiam ser evitadas, não individualmente, mas no conjunto. Exemplo: colocar num gráfico no eixo X a cronologia das aberturas e no y as mortes. Fica muito claro. Quem foi que determinou que era para abrir? Continuamos dizendo: não façam. Não é transformar em banco de ressarcimento. A ideia é que o Brasil se veja, e que se possa refletir sobre isso. É preciso que a gente faça uma comissão da verdade da covid. A sociedade civil americana também vai cobrar as mortes. A Itália também. Não estamos sozinhos; não é uma jabuticaba. Nós temos o que fazer, nós sabemos o que fazer, não nos deixaram fazer. A saúde pública ficou manietada no Brasil. Não podemos usar o nosso



potencial. Impediram que a saúde pública atuasse para controlar essa pandemia. A gente podia ter controlado essa pandemia. O Brasil respondeu muito bem na Aids, na Zika. O Brasil tem uma infraestrutura de vigilância epidemiológica, de laboratórios, de pesquisa. Tudo isso poderia ter sido mobilizado a favor da população. Foi o que os outros países fizeram. Se a gente não tivesse o Sistema Único de Saúde (SUS), a gente estaria numa situação muito pior. Um sistema universal público e gratuito, como o SUS, é um talismã que nos protege de uma desgraça.”

CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMPLETA 32 ANOS: no mês de setembro a Constituição Federal, conhecida como constituição cidadã, fez 32 anos. No dia 22 de setembro de 1988, a nova constituição foi aprovada por 474 votos contra 15 e seis abstenções na Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição representou uma conquista para a defesa e garantia dos direitos de parcelas da população vulnerabilizadas pela histórica desigualdade social brasileira que ainda lutam para terem seus direitos efetivados. Apesar das garantias constitucionais, os moradores residentes em favelas seguem tendo seus direitos mais elementares violados, como por exemplo, o direito de ir e vir, o direito à vida, o direito à moradia, o direito à água, o direito à alimentação, os direitos políticos, entre outros.

SUS COMPLETA 30 ANOS: o mês de setembro também marcou os 30 anos de existência da lei que regulamentou o Sistema Único de



Saúde. Sancionada em 19 de setembro de 1990, a lei do SUS foi resultado da mobilização popular através dos movimentos sociais por uma saúde pública e por melhores condições de vida para a classe trabalhadora e a população mais pobre. A luta pela sua manutenção segue sendo travada nesse momento em que ficou demonstrada a relevância de um sistema público e universal de saúde para enfrentar a pandemia do Covid-19, tendo que enfrentar a política de desmonte de governos federais, estaduais e municipais que, por exemplo, tem sucateado a Estratégia de Saúde da Família, clínicas e hospitais e atrasado rotineiramente o pagamento de salários dos profissionais de saúde.

SEMANA DO ACS: entre os dias 04 e 09 de outubro, aconteceu a Semana do ACS, organizada pela Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos que teve como tema “ACS na linha de frente da pandemia”.

REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO APROVARÁ TODOS OS ALUNOS: segundo resolução publicada no Diário Oficial do dia 14 de outubro de 2020, todos os estudantes de escolas públicas da rede estadual de educação serão aprovados, independentemente dos resultados obtidos pelos alunos, por causa da pandemia. As aulas seguirão de forma remota até o fim do ano. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, cerca de 411 mil estudantes de um total de 706 mil matriculados na rede não tiveram acesso a nenhuma atividade acadêmica no período de suspensão das aulas presenciais.



O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado.

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

O NOVO NORMAL SEM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE SERÁ PIOR QUE O VELHO

Colaborador: Deley de Acari

Poeta, animador cultural e militante de direitos humanos

Quando começou o projeto dos agentes comunitários de saúde no nosso município, no complexo de Acari havia duas equipes de saúde para atender três comunidades: Parque Acari, Vila rica e Vila Esperança de Irajá. Ao todo, eram aproximadamente 130 agentes recrutados entre jovens e não tão jovens das comunidades. A grande maioria nascida na comunidade. Gente que cresceu sofrendo na própria pele as mazelas do racismo institucional na área de saúde pública e viu no projeto uma oportunidade de reduzir seus danos.

No dia a dia da favela levantavam demandas de saúde que já sabiam existir de forma empírica. Arriscavam suas vidas em meio a tiroteios, lamas contaminadas deixadas por enchentes e o risco mesmo de contrair uma hepatite ou tuberculose durante uma visita domiciliar. Voltavam para base, preenchiam relatórios preocupados com a situação de saúde de sua comunidade, mas ao mesmo tempo satisfeitos e esperançosos de que as autoridades dessem solução aos problemas identificados. Aos poucos foram se decepcionando com o descaso.

Muitos pediram demissão logo de início, outros se foram depois, diante dos constantes atrasos de pagamento e incerteza na continuidade do projeto e no depauperamento do SUS. Hoje o que vemos é menos de um terço do número de agentes comunitários de saúde do início do projeto burocraticamente atrás de guichês dentro das clínicas da família atendendo moradores das microrregiões que antes atendiam em casa. É certo que a pandemia veio rápida e imprevisível, mas se os agentes comunitários estivessem nas ruas e não

no aquário, talvez a Covid-19 não fosse subnotificada nas favelas e sintomas parecidos não seriam confundidos.

**Detectadas as formas de contágio,
os agentes comunitários - assim como
as equipes de saúde - poderiam estar
nas ruas da comunidade com
os devidos equipamentos de proteção.**

Se jovens líderes comunitários distribuem cestas básicas vestidos de astronautas, por que não os agentes comunitários de saúde? O novo normal virá com tantos quantos milhões de infectados curados sobreviverem à pandemia? Curados da Covid-19 mas doentes das sequelas que ficarão de forma permanente e que a vacina não vai curar. Quantos novos centenas de milhares de cardiopatas, doentes renais, psicossomáticos a pandemia deixará e que não poderão sair de casa e precisarão de visitas?

A PANDEMIA NO CONJUNTO HABITACIONAL ESPERANÇA, COLÔNIA JULIANO MOREIRA (RJ)

Colaboradora: Neide Belém de Mattos

Ex-agente de saúde e moradora do Conjunto Esperança



Foto: Neide Belém de Mattos

O Conjunto Habitacional Esperança localizado dentro da Colônia Juliano Moreira, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, é formado por 70 casas distribuídas em seis quadras. No início da pandemia, duas pessoas que precisavam sair para trabalhar se contaminaram e há suspeita de que outras tenham se contaminado a partir do contato com elas.

Segundo o relato de Neide, ex-agente de saúde e moradora, em agosto surgiu um novo caso: um morador que não estava de quarentena porque precisava trabalhar e se contaminou. Essa pessoa procurou

um hospital na Tijuca para fazer o teste, mas não conseguiu. No momento, se encontra medicada e passa bem, se esforçando para manter uma boa alimentação. A Clínica de Saúde da Família que atende ao Conjunto Esperança estava realizando apenas testes rápidos e para casos graves.

Desde que começou a pandemia, houve um óbito no Conjunto Esperança de uma pessoa que já sofria com câncer, mas havia a suspeita de que a pandemia tenha contribuído para o agravamento do caso, já que não foi possível fazer o tratamento de quimioterapia. Segundo a ex-agente de saúde, por conta do estigma da doença, as pessoas são reservadas e evitam indagar sobre o assunto.

No atual momento da pandemia, poucas pessoas usam máscaras no interior do conjunto habitacional e as crianças e adolescentes não pararam de brincar na rua. Idosos têm apresentado dúvidas sobre como proceder em relação às receitas vencidas. Algumas medicações estão em falta na clínica da família e os moradores estão tendo que recorrer a farmácias para comprar medicamentos que deveriam ser fornecidos gratuitamente.

O serviço de transporte está mais precário durante a pandemia. Dentro da Colônia Juliano Moreira tem uma estação de BRT que tem funcionado com intervalos muito grandes os ônibus circulando muito cheios.

Há uma linha de ônibus que faz o trajeto Taquara-Colônia e os veículos circulam de hora em hora. Além da linha de ônibus, há muitas vans operando na região e observa-se com frequência passageiros e motoristas sem máscaras, assim como no comércio local. Apesar de a informação circular, muitas pessoas estão fazendo churrascos, festas - inclusive festa junina, que acabou não acontecendo em razão das chuvas. O serviço de limpeza das ruas do Conjunto Esperança é feito por moradores que se reúnem para limpar porque a prefeitura não entra no Conjunto.

ÁGUA, DIREITO HUMANO PRA QUEM?

Colaborador: Fábio Monteiro

Pesquisador da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz, membro do Conselho Comunitário de Manguinhos e Graduando em Engenharia Ambiental e Sanitária

Segundo a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU,2010), “Água é um direito humano,” que deveria ser garantido a todas as pessoas, independente de classes sociais. Mas na prática não tem sido bem assim, o que nos leva a perguntar: Água, direito humano pra quem?

Esse questionamento vem a partir do momento em que, em plena pandemia de Covid-19, uma liminar conquistada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), que garantia o abastecimento de água para todas as pessoas, independente de pagarem taxa ou não, foi derrubada. Segundo a DPRJ, a medida foi julgada pela 26ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no dia primeiro de setembro de 2020. Sobre ela, os desembargadores argumentaram que “só tem direito a água quem paga por ela”, contrariando um direito reconhecido mundialmente. A partir desta decisão, a justiça só reconhece a exigibilidade da água para quem paga algum tipo de taxa. A Defensoria vem tentando recorrer, porém, segundo ouvidores, as chances jurídicas são muito baixas.

Foto: Acervo do Conselho Comunitário de Manguinhos



Medidas como esta, além de trazerem risco à saúde da população, devido ao fato de a água ser fundamental para higienização e combate à disseminação do Coronavírus, aumentam ainda mais a desigualdade social, pois favorecem apenas parte da sociedade que tem poder aquisitivo para pagar por ela. Deveria ser considerado um crime contra a humanidade negar água para quem não pode pagar. O acesso à água potável para consumo não tem sido a realidade de moradores e moradoras de favelas no Rio. As classes mais vulnerabilizadas da sociedade sofrem com a falta de abastecimento constante, consequência de um saneamento básico inadequado, que afeta a população bem antes da pandemia.

Em Manguinhos, por exemplo, após rompimento de uma tubulação local, moradores ficaram sem água durante 10 dias consecutivos. Em outro momento, a água foi fechada para reparos sem avisos prévios e como se não bastasse, na madrugada do dia 2 de outubro desse ano, outra tubulação estourou em Higienópolis - o que além de causar danos materiais à escola Municipal Oswaldo Cruz e a comércio locais, o abastecimento foi interrompido em 21 bairros da Zona Norte do Rio.

Enquanto os órgãos públicos não se debruçam sobre o problema para resolver definitivamente esta situação, moradores e coletivos locais continuam se colocando na brecha, de forma voluntária, na tentativa de amenizar os impactos, tentando insuficientemente realizar um papel que é de total responsabilidade do Estado.

Água não pode ser tratada como mercadoria! Não podemos aceitar que interesses privados influenciem a Justiça de tal maneira que favoreçam seus interesses a ponto de desobrigar o Estado a cumprir o seu papel de fornecer água para todas as pessoas. Precisamos de políticas públicas, pautadas pela Saúde pública e que garantam o acesso à água e Saneamento durante todo o ano, não somente em ações emergenciais durante a pandemia.

CARANDIRU: ABANDONADOS PELA CIDADE

Colaboradora: Bianca Peçanha

Coordenadora de pesquisa do LabJaca

Construções abandonadas na cidade do Rio de Janeiro, herança do período fabril, estão localizadas na Zona Norte. Desassistidas, devido à especulação imobiliária que torna a região palco de infundáveis ações judiciais, têm seu espaço ressignificado pela ocupação de moradores e transformadas em habitações. Este é o caso de uma instalação industrial que fica em um dos acessos da favela do Jacarezinho, conhecida como Carandiru, o mesmo nome do presídio em São Paulo, onde ocorreu um massacre há 28 anos atrás, que matou oficialmente 111 presos.

Na ocupação Carandiru, cerca de 200 pessoas separadas por divisas de madeira e cortinas ocupam um prédio de 4 andares na Rua Miguel Ângelo. Berço de um dos maiores complexo fabril do século XX e uma das maiores favelas da cidade, o Jacarezinho teve seu processo de ocupação alinhado ao crescimento da cidade e expansão da linha férrea. A proximidade com o centro da cidade foi um fator decisivo na ocupação da região e também das construções abandonadas. Muitos moradores encontram nesta vizinhança às áreas centrais oportunidades de emprego e escolas, além de maior garantia de direitos, embora tenham que encarar as condições inóspitas dessas habitações.

Em meio a pandemia da Covid-19, as principais ordens de segurança decretadas pela Organização Mundial da Saúde previam o isolamento social como arma fundamental na contenção do vírus, alinhados a cuidados com a higiene. Lavar as mãos com água e sabão se transformou em lição fundamental. Dos mais jovens aos idosos, a lavagem correta é a maior proteção para si e para quem convivemos. Mas como cumprir tais orientações nessas condições de moradia? Esse foi o maior desafio dos ocupantes do Carandiru, que abre debate para falar sobre as moradias

ocupadas na cidade do Rio de Janeiro. De forma oficial, não há dados sobre casos de Covid-19 porque não houve testagem, mas em uma das ações, quando atendemos 40 famílias, mais da metade relatou sintomas.

Afinal, há direitos resguardados àqueles que ocupam?

É inegável que as cidades vivem um momento de crise habitacional, que não se inicia neste século. Desde o início das remoções de populações negras e trabalhadoras do Centro e Zona Sul da cidade em meados do século XX até a retirada de famílias da zona portuária para construção do Porto Maravilha o aparato utilizado e as técnicas de governo são as mesmas: buscam estabelecer estratégias de contenção social e assegurar que aqueles que estão nas margens, estejam longe das vistas dos investidores e elites capitalistas. Se antes a segregação espacial estava na alçada das autoridades sanitárias que condenavam os sobrados localizados nas áreas centrais, hoje a reconfiguração do meio urbano está em detrimento da higienização da paisagem, pelo bem-estar daqueles que temem que seus investimentos sejam prejudicados. Enquanto isso, inúmeros imóveis empresariais que não cumprem qualquer função social estão abandonados. Isso, em paralelo aos milhares de cidadãos em situação de rua ou vulnerabilidade habitacional. Muitos fazem uso dessas ocupações como única forma possível de habitar a cidade e garantir os proveitos que a cidade tem para oferecer. Embora ocupando em condições subumanas, sem acesso a água, luz e saneamento, improvisando formas de sobrevivência, estão ali lutando pelo direito à moradia digna e inclusão cidadã.

Todos nós constitucionalmente temos o direito à moradia, para que este direito seja garantido é fundamental que os interesses da maioria empobrecida sejam levados em maior consideração que os lucros das elites. E agora, em plena pandemia, garantir que esses sujeitos tenham atenção do Estado é fundamental para a dignidade humana. Precisamos olhar quem são os rostos que compõem essas ocupações, quem são os rostos do Carandiru e promover a integridade das famílias que também são parte dessa cidade.

EXPOSIÇÃO VIRTUAL MARÉ NA PANDEMIA / MUSEU MIIM

Francisco Valdean

Artista/pesquisador e fundador do Museu MIIM

O Museu MIIM (Museu da Imagem Itinerante da Maré) foi fundado em 2019. Seu surgimento se dá no contexto da pesquisa de meu doutorado, em andamento, no Programa PPGARTES/UERJ. Um dos objetivos do Museu é funcionar como um arquivo Histórico-Poético sobre as favelas da Maré. O acervo fica acomodado em uma pequena caixa de papelão. Nesta ação busco articular as especificidades de minha pesquisa artística no âmbito acadêmico com as minhas vivências de morador da Maré.

Nos vários encontros que já tive com moradores, algo que ficou bastante marcado é que o MIIM funciona como dispositivo capaz de despertar nos visitantes do museu-caixa a possibilidade de imaginar a Maré, amplamente veiculada como um local só de violência, mas o que quero é propor a Maré como um lugar de história e poéticas artísticas.

SOBRE A EXPOSIÇÃO VIRTUAL “MARÉ NA PANDEMIA”

A exposição entrou no ar em 1º de outubro de 2020, no site do Museu MIIM, a ação artística é fruto de dois movimentos: o primeiro, uma convocatória no formato de chamada pública “Histórias da



Imagem: arte de divulgação

Maré na Pandemia,” feita através de redes sociais, onde recebemos algumas contribuições. No segundo, foi feito um convite direto aos artistas/fotógrafos/fotógrafas. Ao todo, onze participam da exposição.

A ação ainda está em processo de realização e vai ao ar de forma fragmentada, através das redes sociais, e em seguida, fica exposta na base de exibição no site do Museu.

Acesse: museumiim.com.br

No conjunto a obra é um apanhando visual do cotidiano local na travessia da pandemia. A Maré sofreu e sofre com o momento pandêmico, mas existem inúmeras ações atuando para minimizar os danos, é um pouco essa ideia que pretendemos mostrar na exposição “Maré na Pandemia”.

Algumas obras em exibição:



Muro do UPA 24 horas da Maré alerta com um grafite a importância dos cuidados, o afastamento social é uma importante atitude de proteção contra o vírus. | Foto: Francisco Valdean



Trabalho realizado pelas ruas da Maré pelo projeto "Maré diz não ao coronavírus". | Foto: Douglas Lopes



Artistas Paulo Victor Lino e Wallace Lino na ação artística Entidade, um movimento de comunicação, escrita e narrativas LGBTQIA+ na Maré. | Foto: Matheus Affonso



As máscaras passaram a ser uma fonte importante de renda para muitos moradores. | Foto: Rosilene Miliotti

DEBATES

No dia 16 de setembro, a Plataforma Cidades em Movimento: Construindo Territórios Saudáveis, promovida pelo Projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz, promoveu um encontro entre Sônia Fleury, pesquisadora da Fiocruz e coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco e Itamar Silva, militante do Santa Marta e integrante da Associação Escola Sem Muros Grupo Eco. A conversa pretendia abrir um espaço de reflexão sobre as atuações e possibilidade de “ser favela” no Rio de Janeiro, para além da pandemia. A seguir, publicamos dois fragmentos das intervenções dos convidados.

A seção Debates desse número traz também o texto de Monique Cruz, assistente social e integrante do Fórum Social de Manguinhos, que reflete sobre infâncias, cuidados e exploração do trabalho das mulheres negras na pandemia.

Para além da pandemia: atuações e possibilidades de ser favela no Rio de Janeiro

Sônia Fleury,
pesquisadora da Fiocruz
e coordenadora do dicionário
de Favelas Marielle Franco



“As pandemias trazem à tona as questões sociais. O que é uma questão social? É quando algum problema que está ligado à população, ou a alguma parte da população, ele eclode com uma certa potência, com uma certa virulência, de tal forma que põe em risco a própria organização da sociedade. Esses momentos a gente chama de questão social.

Eu acho que num dado momento surgem duas questões sociais nítidas durante essa pandemia [da Covid-19], a questão da pobreza e da miséria, muito fortemente. E essa questão da pobreza e miséria que foi de uma maneira absurda chamada pelos economistas de “os invisíveis”. E de repente apareceram todos os invisíveis que a sociedade não queria ver, e aparecem como uma questão disruptiva, uma questão social. Para isso que se criou o auxílio emergencial e se discutem hoje saídas para continuidade de algum tipo de renda básica para essa população.

Então essa é uma questão que apareceu como uma questão social, que teve um enquadramento político, uma resposta política até o momento temporária, até porque está condicionada à questão do teto dos gastos, do liberalismo. Mas as questões sociais, elas mobilizam, movimentam, e requerem uma ação: uma ação pública do governo, da sociedade, para dar uma resposta para o novo enquadramento dessa questão.

Já em relação à questão da favela, eu percebo que num dado momento, houve uma mobilização muito grande, uma visibilidade muito grande das condições de vida na favela e tudo mais. Mas essa questão, me parece, vai diminuindo a sua presença na agenda pública e vai sendo subsumida pela questão da miséria, porque a favela não é só uma questão de maior poder ou menor poder de consumo. Essa é uma questão também, mas você tem questões urbanas, de saneamento, de reconhecimento de direitos, de discriminação racial que estão envolvidas nesse território de exclusão e também de reivindicações e de insurgências. Então, a minha pergunta é essa: qual é a capacidade da questão da favela se tornar efetivamente uma questão na agenda política que vá requerer uma ação do Estado, da sociedade? Então, voltando às questões, é isso: que tipo de insurgência é essa cidadania? Que tipo de ideologia, que tipo de politização tem esses grupos? E qual é a sua capacidade de mobilizar recursos políticos e definir o novo enquadramento da favela dentro da cidade?”

Para além da pandemia: atuações e possibilidades de ser favela no Rio de Janeiro

Itamar Silva,

Associação Escolas Sem Muros - Grupo Eco



A minha questão consiste exatamente em pensar em que medida o que estamos vivendo agora - uma ampliação da visibilidade de iniciativas locais - tem sustentabilidade no pós-pandemia? E o que isso carrega como acúmulo, como reflexão, como ensinamento para que a gente possa dar um salto olhando para essa relação política pública e favela, para a própria conceituação do que é a favela na cena urbana brasileira?

O que está me provocando é pensar para além dessas iniciativas - que eu acho super bacanas e fico assim verdadeiramente orgulhoso de ver vários jovens, mulheres, homens, negros, batalhando, trazendo a questão racial para frente das suas ações, articulando isso com a necessidade de mobilizar cesta básicas, álcool em gel, tudo isso é emocionante ver. Por outro lado, eu tenho muitos anos nessa estrada aí de acompanhar a favela e fico pensando: E o amanhã? O que dessa experiência a gente vai poder contabilizar num processo pós pandemia?

Por que eu questiono isso? Porque eu digo, muito honestamente, eu não vejo nas ações nenhuma proposta de transformação, nenhuma proposta que aponte para novas possibilidades. Primeiro, eu acho que é muito difícil, não é demérito de nenhuma iniciativa, porque a luta agora é pela sobrevivência, pela proteção. Então nesse sentido, isso que tem que ser feito, é isso mesmo. Usando a expressão do Betinho

“quem tem fome, tem pressa”. Então, a gente tem uma pressão e uma necessidade que é preciso responder a isso. Ok. Mas, se a gente pensar que a maioria dessas iniciativas dependem de apoio, de estrutura, então a gente não pode abrir mão de apontar de quem é a responsabilidade da manutenção, por exemplo, de um serviço de saúde primária nas favelas. Eu vejo pouca crítica à essa estrutura, por exemplo, da ação da prefeitura a partir das Clínicas da Família.

Tem uma diferença muito interessante, eu acho. Todo o Complexo do Alemão, Complexo da Maré e Mangueiras – talvez em razão da proximidade com a Fiocruz e por uma atuação mais efetiva da instituição –, tem respostas diferentes de outras localidades. Se a gente acompanhar, mesmo a Rocinha, que tem unidade de saúde, a gente viu a disputa com a prefeitura pelo tomógrafo. O que que foi aquilo? Você instalar um tomógrafo na Igreja Universal do Reino de Deus, numa favela que tem três unidades de saúde, tem uma estrutura de saúde histórica ali e a população não consegue reverter uma decisão política da prefeitura. Por quê? Porque também essa visão estava no seio da própria favela, você tinha lideranças da Rocinha, algumas que tem seus compromissos, defendendo o outro lado. Então, isso para mim é indicativo de que a gente não conseguiu como coletivo entrar no debate e tentar mostrar aí que mais uma vez, mesmo em área de muita organização local, você não consegue reverter os vícios e o jogo político que está colocado.

A outra questão que eu fico pensando também é: qual é o lugar da favela nessa cidade? Ou, qual é o lugar da favela no imaginário desta cidade? E aí eu estou indo além, não só nessa relação direta com o poder público, mas com a própria população. Que lugar a gente ocupa como elemento urbano, histórico na cidade? Que lugar a gente ocupa no imaginário da cidade?

A minha sensação é que não mudou, que a gente continua sendo o outro indesejado desta cidade. Eu costumo dizer que há uma percepção de que em algum momento, talvez, nós vamos desaparecer, seja pela

enxurrada, pelo desastre, seja pela guerra entre eles, seja por qualquer outro elemento. Em algum momento isso vai acontecer porque só isso justifica um distanciamento, uma dificuldade de você ter uma aliança efetiva desta cidade na defesa das vidas na favela, em relação aos jovens que morrem, em relação às condições sanitárias e tudo isso.

Qual é o lugar que a favela ocupa no imaginário dessa cidade? Será que a gente mudou ou conseguiu dar algum passo adiante nesse momento de pandemia? Será que as matérias positivas que apareceram no noticiário mostrando essas iniciativas estão contribuindo para mudar a percepção daqueles que moram fora e mesmo de alguns que moram dentro da favela, mostrando que a favela tem potência, tem possibilidade? Eu acho que a gente vai ter que olhar isso um pouco mais à frente. Eu fico me perguntando até que ponto isso se constitui realmente em um elemento de reconstrução.

Apesar dessas questões todas, eu acho que a gente está vivendo um momento bem interessante com essa multiplicidade de iniciativas, uma presença da juventude muito forte, uma presença que vem com um conteúdo, uma bagagem enorme. Não é à toa que a gente tem os coletivos universitários um pouco fazendo essa ponte entre a favela e a universidade, fazendo a crítica a partir de uma produção do lugar de conhecimento muito forte. Como é que a gente aproveita esse momento ou quais links são possíveis para que a gente crie uma arena, um lugar que a gente possa conversar sobre isso? Conversar mesmo, porque eu posso falar com veemência mas eu não tenho nenhuma certeza, mas são questões que me incomodam, que estão me preocupando. E eu acho que isso deveria também preocupar a outros, e a gente trocar figurinhas para tentar descobrir como é que a gente pode sair desse momento com um saldo positivo do ponto de vista organizativo, para além de nossas lutas identitárias, de nossas lutas específicas. Que a gente possa junto com isso identificar o que coletivamente a gente quer defender em relação a esse território chamado favela, nessa relação com o resto da cidade.

**“Eu tenho sofrido muito.
O trabalho doméstico
é muito pesado.”**

Monique de Carvalho Cruz,
pesquisadora da Justiça Global,
membro da Associação Brasileira de
Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN), do
Fórum Social de Manguinhos e do Coletivo
de Mulheres Afroindígenas Zacimba Gaba.



**“A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce.”**

Ordem Natural das Coisas - Emicida

O título deste texto está anotado no meu caderno de campo, trata-se de um trecho do desabafo feito por uma professora universitária durante uma reunião on line de um “colegiado” no início da pandemia de Covid-19. Anotei essa frase mobilizada pela importância do trabalho desempenhado por mulheres como minha mãe nas casas de pessoas como a professora.

Em 1979, Lélia Gonzalez escrevia o seguinte em um jornal do movimento negro: “Acordar cedinho todos os dias. Põe lata na fila da bica, adianta o almoço, prepara o café, acorda as crianças, lava a roupa mais pesada e desce pra ir pro emprego. Antes, deixa as crianças na escola”.

O episódio que narrei acima, articulado com a explanação de Lélia Gonzalez demonstra que a divisão racial do trabalho é a base da vida. Não apenas da vida da família da professora ou da minha, mas de toda a sociedade. Acrescente-se à esta reprodução o racismo e o sexismo que colocam as mulheres negras no lugar do cuidado, da promoção

de uma vida limpa e saudável para as famílias brancas herdeiras dos sentimentos e práticas escravocratas que garantem a reprodução material e emocional da vida.

A colonização eurocristã promoveu e incutiu nas nossas mentes e corpos toda a racionalidade colonial que implica diretamente na forma como as relações sociais se constituíram nesta nação de gente preta dominada por homens brancos.

Para enfrentar a Covid-19 o isolamento social é necessário, mas, como disse Françoise Vèrger: “Há os confinados/as e os não confinados/as, esses últimos para garantir a vida dos primeiros”. E nesse processo de exploração máxima do trabalho, que ganham contornos mais sofisticados na democracia, é que vão se aprofundando as ideias de quem são as pessoas que podem ser mortas seja pela polícia, pela Covid-19, ou pelas condições de moradia, de não-acesso a serviços e políticas sociais.

A fala que intitula este texto pretende demonstrar que o pensamento hegemônico capitalista, especialmente em países como o nosso, constitui a sociedade racializada que se volta aos interesses daquelas pessoas que podem ser “cuidadas por outras”. A possibilidade de ter alguém para limpar sua casa, lavar suas calcinhas/cuecas, fazer a comida, pôr à mesa e ainda cuidar das crianças (ou dos cães criados como crianças) é o que permite o status social da classe média brasileira e a aproxima das classes ricas.

Essa forma de exploração do trabalho das mulheres negras é parte fundamental do genocídio antinegro no Brasil. No senso comum é compreendido como a morte física, mas envolve processos sistêmicos de eliminação e controle das pessoas negras de todos os sexos e todas as idades, por políticas diversas.

Durante a pandemia muitas crianças negras morreram pela violência armada, mas neste texto quero lembrar e homenagear três crianças negras de favelas, filhas de mulheres trabalhadoras mortas pelo ra-

cismo (o mesmo que determina as ações militarizadas do Estado) que relegou às suas mães o lugar do cuidado de outras pessoas como única possibilidade de alimentar suas famílias.

Miguel Otávio, de cinco anos, Evelyn e Jennefer, de três e sete anos. Miguel foi posto pela patroa da mãe no elevador e caiu do nono andar de um prédio de luxo em Recife, no dia 2 de junho, quando sua mãe saiu do apartamento para passear com o cachorro da patroa. Em 26 de junho, no Rio de Janeiro, Evelyn e Jennefer estavam sob o cuidado dos irmãos mais velhos quando um curto circuito em um ventilador no quarto delas gerou um incêndio. As duas morreram com um dia de diferença. A mãe foi trabalhar e as deixou com dois irmãos adolescentes, assim como minha mãe deixava meus irmãos comigo.

A escola não funciona, e os/as brancos/as não querem limpar suas próprias casas. Assim, a opção que temos é nos cuidar coletivamente em um país onde a vida negra não importa. Façamos nós, por nós mesmas. Sigamos os exemplos das mães de vítimas do terrorismo de Estado: cobremos que as instituições funcionem, que garantam direitos, que provenham serviços de qualidade. Usemos todos os instrumentos possíveis para ir rumo à liberdade, ao direito de viver e de existir plenamente, assim como fizeram todas as mulheres antes de nós. Não esqueçamos que memória é um instrumento de luta e resistência.

Miguel, Eveleyn e Jennefer não serão esquecidos.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento a pandemia do covid-19. Uma delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta sessão repercute as lutas dos movimentos sociais de favela pela garantia de direitos básicos.

Neste número, repercutimos a análise e a leitura política do Levante Popular da Juventude sobre os efeitos da pandemia para as juventudes moradoras de favelas, dentre elas o aumento da desigualdade e do desemprego, os desafios do cuidado com a saúde física e mental, o racismo e o extermínio da juventude negra e a urgência de construção de modelos de sociedade baseada na solidariedade.

PANDEMIA EM QUESTÃO: JUVENTUDE E FAVELA EM PERSPECTIVA

**Levante Popular da Juventude/RJ,
28/09/2020, Rio de Janeiro.**

A chegada da pandemia no Brasil escancarou os limites das contradições que vivemos. Sem investimento em áreas prioritárias, quaisquer iniciativas vindas do governo funcionarão apenas como um paliativo e olhe lá. A aprovação do auxílio-emergencial, reivindicado na Câmara dos Deputados pela oposição, é um exemplo de solução que busca amenizar a falta de renda, mas não incide na raiz do problema, que é o desemprego e a desigualdade social. Assim, no momento de agravamento da atual crise, que é sanitária, econômica, social, ambiental e política, rapidamente se torna possível identificar quem são os mais prejudicados nesse processo.

Os dados levantados pelo SUS acerca das vítimas da pandemia demonstram: as vítimas, majoritariamente, compõem a população pobre, negra e favelada do país. O cenário nacional torna-se cada vez mais complexo quando analisamos a juventude brasileira como sendo a que mais morre no mundo. Paralelamente a isso, no Rio de Janeiro segue em curso o extermínio da juventude negra, seja através das políticas públicas que legitimam operações policiais que violam direitos, seja através dos conflitos armados. Desse modo, cada vez mais é naturalizada a morte dentro das favelas.

Atualmente a juventude brasileira, com idades entre 15 e 29 anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totaliza um número superior a 47 milhões de indivíduos. A juventude é o momento social da vida onde

entendemos quem somos no mundo e nossa capacidade de transformar a vida - uma fase de possibilidades e sonhos. No entanto, a juventude favelada tem tido, a cada dia, suas opções cerceadas. O fechamento de escolas e a criminalização da vida e da cultura das favelas e periferias são alguns dos exemplos.

É fundamental problematizar aqui os desafios dos cuidados com a saúde física, emocional e mental. Para grande parte das favelas, a Covid-19 assustou, mas pouco influenciou na mudança de hábitos e cuidados. Se para alguns a Covid é o maior inimigo, para outros a bala e a fome vêm primeiro.

Ainda não sabemos quando será possível vacinar nossa população, mas assim como o novo coronavírus, sabemos que não será um processo democrático. Além disso, a incógnita do que será o dia de amanhã persiste. Enquanto isso a juventude segue buscando formas de sobreviver às adversidades que é ser um jovem no Brasil, onde o racismo e o patriarcado são tão enraizados quanto sua própria desigualdade.

Nós do Levante, que carregamos sonhos, esperança e fé em um mundo melhor, temos a certeza de que a unidade das forças populares e democráticas e a solidariedade do povo para o povo fez e fará diferença na construção de uma sociedade que nos sirva, que seja plena e digna. Temos fé no povo porque ele resiste. Venceremos!

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

Bianca Peçanha

Deley de Acari

Douglas Lopes

Fábio Monteiro

Francisco Valdean

Itamar Silva

Monique de Carvalho Cruz

Neide Belém de Mattos

Sônia Fleury

Movimentos Sociais e Coletivos

Conselho Comunitário de Manguinhos

LabJaca - Laboratório de dados e narrativas na favela do Jacarezinho

Levante Popular da Juventude - RJ

MIIM - Museu da Imagem Itinerante da Maré

Revisão

Luiza Gomes

Projeto Gráfico

Mariane Martins

